

2016/06/06

Breve antevisão da cimeira da NATO em Varsóvia

Alexandre Reis Rodrigues

Estamos quase exatamente a um mês da Cimeira da NATO em Varsóvia (8/9 de julho). Os temas a abordar e as principais linhas de orientação devem já estar definidos. Alguns têm sido genericamente referidos, em recentes discursos do secretário-geral, numa espécie de preparação da opinião pública. Nesta altura só deve faltar acertar os detalhes do comunicado final.



Na minha antevisão, que se baseia também numa interpretação do que tem sido discutido nos fora de debate à volta do evento, a Cimeira vai servir sobretudo para formalizar políticas que vêm de trás, não sendo de esperar quaisquer novidades, quando muito uma ou outra “roupagem” nova na apresentação dos temas habituais.

Numa perspetiva geral, espera-se que a Cimeira venha a assumir o reconhecimento formal de que a NATO tem agora o desafio de duas frentes, a leste (Rússia) e a sul (instabilidade no Norte de África e emigração clandestina). Este assunto será, certamente, um tema central do comunicado, mas a prioridade que receberá na prática e os seus desenvolvimentos vão girar sobretudo à volta da frente leste, à luz da deterioração do relacionamento com a Rússia.

A resposta a estes dois desafios traduzir-se-á pelo que alguns chamam o “regresso a casa”, num processo que se iniciou em Lisboa e que porá agora fim a mais de uma década em que a NATO bem se esforçou por deixar claro que não pretendia ser uma espécie de “polícia do mundo”, embora na realidade fosse esse o caminho que estava a seguir. Esse objetivo, muito dinamizado pelos EUA, sempre claramente excedeu a vontade política e determinação da maioria dos países europeus. Acabou por cair por falta de capacidades militares no lado europeu, para ser prosseguido com a necessária credibilidade. Talvez o comunicado final relembre a necessidade de não se chegar ao extremo oposto de reduzir a defesa à dimensão das fronteiras formais.

Esse “regresso”, em termos de dispositivo militar, concretizar-se-á sobretudo por uma maior presença militar, dando-se assim maior substância ao caminho iniciado em Wales para responder à preocupação do leste europeu em relação à Rússia. Embora ainda não se conheçam todos os detalhes, já ficou claro que aumentará o número de batalhões deslocados na zona e que haverá mais material preposicionado e novas infraestruturas de apoio. A Polónia tem insistido em que é preciso muito mais. À falta de ter a resposta pretendida, acaba de anunciar a decisão de criar uma força de defesa territorial com cerca de 35000 paramilitares voluntários, alegadamente concebida para combater as ameaças híbridas.¹

O tema do alargamento da NATO vai permanecer na agenda com o destaque habitual mas, pelo que me tem sido dado observar, poderá ser apresentado de forma algo nova no que respeita à Ucrânia e Geórgia. Em vez de confirmar que continuam com o seu lugar reservado, como prometido na Cimeira de Bucareste, o secretário-geral

¹ Aguardam-se os detalhes desta iniciativa que é muito recente.

da NATO limita-se a garantir que se vierem a decidir-se pela adesão o respetivo processo será tratado como o de qualquer outro país e com a recusa de quaisquer interferências externas. Se for assim, estará a pôr-se um ponto final na política de incentivar a Ucrânia e a Geórgia a aderirem à Aliança. Pena é que não tenha sido esta a posição assumida desde o início. A dificuldade é pôr esta visão numa linguagem que não seja interpretada como cedência perante Moscovo.

A eterna questão do "*burden-sharing*" - termo que na linguagem diplomática da NATO, se refere à necessidade de reduzir o fosso que separa os contributos europeus dos americanos para o esforço coletivo, quer em dimensão, quer em qualidade, ou seja, a indispensabilidade de os membros europeus da Aliança atribuírem mais recursos financeiros à Defesa - poderá vir a ser apresentada sob uma nova perspetiva.

O argumento invocado parte da ideia de que o que verdadeiramente importa - mais do que saber a que ritmo vão os países aproximar-se da meta dos 2% do PIB - é a forma como tencionam gastar esse dinheiro. Esta nova aproximação faria bem mais sentido, em termos conceptuais e na prática. Tornaria tudo mais transparente e abriria possibilidades de cooperação que não têm estado disponíveis. Se for esse o caminho adotado, à partida teríamos algo a saudar mas calculo que seja difícil que os países venham a trocar o anterior compromisso financeiro por um novo baseado em capacidades.

Irá prosseguir também a chamada componente europeia do escudo de defesa antimíssil americano que a NATO encara como o contributo dos EUA para a defesa de todo o território europeu, projeto aprovado na Cimeira de Lisboa. Porém, tirando o que os EUA já concretizaram na Roménia e se preparam para concluir até 2018 na Polónia,² não me parece que a NATO consiga anunciar qualquer progresso perceptível, embora tenham passado seis anos desde o seu lançamento. Afinal, os europeus não interiorizaram a urgência com que o então secretário-geral da NATO apresentou a proposta em Lisboa. Na verdade, essa urgência sempre me pareceu mais derivada de razões políticas do que de uma avaliação da ameaça. Tratou-se de integrar na NATO uma iniciativa americana que estava a ser conduzida bilateralmente, então com a Roménia e com a República Checa.

A questão final, como um dos tópicos estratégicos, será a do relacionamento com a União Europeia que a NATO declara desejar passar para um novo nível de colaboração, na área do combate às ameaças híbridas, à cibersegurança e à segurança marítima. Neste caso particular não sei minimamente o que se poderá esperar. Provavelmente nada de útil, que é o resultado prático de mais de uma década de promessas mútuas de entendimento.

² Ver neste mesmo *site* "A defesa antimíssil na Europa. Uma ameaça emergente para a Rússia?", 15 de maio de 2016.